



## VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

**1. Identificação do Evento**

Data de Início	Data de Término	Local
03/12/2017	05/12/2017	Lisboa, PORTUGAL
Nome do Evento		
<b>VII Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa</b>		

**2. Delegação brasileira**

Nome	Ramal	Email
Dep. Átila Lins (Chefe da Delegação)	5-5730	dep.atilalins@camara.leg.br
Dep. Rosangela Gomes	5-5438	dep.rosangelagomes@camara.leg.br
<b>Dep. Marcio Marinho</b>	<b>5-5326</b>	<b>dep.marciomarinho@camara.leg.br</b>
Dep. Benedita da Silva	5-5330	dep.beneditadasilva@camara.leg.br
Dep. Shéridan	5-5246	dep.sheridan@camara.leg.br
Sr. Jorge Luiz Pennafort Palma	5-8061	jorge.palma@camara.leg.br

**3. Objetivo**

A delegação brasileira foi constituída para representar a Câmara dos Deputados na VII Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP). A AP-CPLP é o órgão que reúne representações dos Parlamentos nacionais dos Estados membros da Comunidade e, portanto, congrega deputados e senadores dos parlamentos nacionais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. No caso específico do Brasil, as atividades junto a este órgão parlamentar têm sido assumidas pela Câmara dos Deputados até que se instale a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, conforme Resolução n. 2, de 2014, do Congresso Nacional. Segundo os Estatutos da AP-CPLP, o grupo nacional junto à Assembleia é composto por seis Membros, respeitado o princípio de um terço de representatividade de um dos gêneros. Eventos supervenientes impediram que a Câmara dos Deputados enviasse uma delegação com seis Deputados.

A Câmara dos Deputados exerce atualmente a presidência *pro tempore* da AP-CPLP. Na impossibilidade de participar da Assembleia Parlamentar e da Conferência de Presidentes dos Parlamentos da AP-CPLP, o Presidente da Câmara dos Deputados constituiu como seu representante o Deputado Átila Lins, Secretário de Relações Internacionais da Câmara dos Deputados (RICD, Arts. 21-H e 21-I). Segundo o Estatuto da AP-CPLP, as reuniões plenárias devem acontecer, ordinariamente, uma vez por ano. A última reunião ocorreu em Brasília, em abril de 2016, e, nessa ocasião, a delegação portuguesa propôs que a Assembleia da República de Portugal sediasse a reunião plenária seguinte – proposta esta que foi aprovada por unanimidade (Art. 14, §3º, do mencionado Estatuto).

Pelo exposto, pode-se dizer que o objetivo da presente delegação foi representar a Câmara dos Deputados em órgão parlamentar multilateral do qual participa ativamente. Para essa sessão plenária interessava à Câmara dos Deputados, especialmente, discutir soluções para a constituição de uma Sede Permanente para o Secretariado Técnico da AP-CPLP, debater a participação de parlamentos de países com o status de observador junto à CPLP e discutir formas de cooperação que melhorem o intercâmbio acadêmico, científico e



## VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

cultural entre os Estados membros da CPLP.

Além de integrar a Comissão 3, de Língua, Educação, Ciência e Cultura, assumi, para efeitos regimentais e protocolares, as funções de Presidente do Grupo Nacional do Brasil e de 1º Secretário da Mesa da Assembleia Parlamentar da CPLP.

O relatório pormenorizado das atividades encontra-se a seguir:

#### 4. Relatório das atividades e dos temas tratados

##### **Dia 03 de dezembro de 2017, domingo**

Às 19h45min as delegações partiram dos hotéis em direção a Cascais. Lá foram recebidas pelos Deputados Marco António Costa e Porfírio Silva, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, do Grupo Nacional da Assembleia da República de Portugal junto à Assembleia Parlamentar da CPLP, na Messe de Cascais. Jantar de boas-vindas no mesmo local. Na oportunidade, o Deputado Márcio Marinho e outros parlamentares presentes puderam trocar informações e expectativas sobre as reuniões do dia seguinte e antecipar vários pontos dos debates agendados para os dias 4 e 5 de dezembro.

##### **Dia 04 de dezembro, segunda-feira**

##### **9:00 Comissão 3: Língua, Educação, Ciência e Cultura**

O primeiro compromisso do dia foi a reunião da Comissão 3, na Sala 5 das Comissões da Assembleia da República de Portugal, em Lisboa. Estavam presentes os seguintes parlamentares: João Manuel Francisco – pela Assembleia Nacional de Angola; Márcio Marinho – pela Câmara de Deputados do Brasil; Georgina Maria Duarte Gemiê – pela Assembleia Nacional de Cabo Verde; Joaquim Batista Correia – pela Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau; Pilar Djombe Djangani – pelo Senado da Guiné Equatorial; José Manteigas Gabriel – pela Assembleia da República de Moçambique; Carlos Páscoa Gonçalves e Elza Pais – pela Assembleia da República de Portugal; Celmira de Almeida do Sacramento – pela Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe.

Estavam em pauta os seguintes pontos:

- 1) Discussão da proposta do Programa Pessoa – Mobilidade, Ciência e Desenvolvimento, da AP-CPLP;
- 2) Progressos no ensino do português na Guiné Equatorial.

Presidiu a reunião o Deputado Carlos Páscoa Gonçalves, da Delegação de Portugal. Abriu a reunião, dando as boas vindas à Assembleia da República de Portugal. Em seguida, entrando no primeiro ponto da ordem de trabalhos, deu a palavra à Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Maria Fernando Rollo, que fez uma apresentação



## VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

sobre a possível implementação do Programa Pessoa e a sua utilidade, dando relevância à formação, educação, especialmente a nível do ensino superior, e à cidadania.

Destacou também a importância econômica e social deste programa e que este deve ser um compromisso de todos os países da CPLP.

Disse que se deve manter o ambiente já existente de partilha, bem assim como a criação de mobilidade, pois sem esta o programa não conseguirá ser implementado.

Lembrou a importância dos repositórios digitais como fatores de oportunidades e desafios no que concerne à preservação do patrimônio cultural, permitindo a partilha de informação e, como tal, aberta a todos.

O predomínio e partilha de conhecimento do hemisfério norte é, do seu ponto de vista, predominante na esfera digital, apesar de o português ser a língua mais falada no hemisfério sul. Deve-se dar destaque à ciência na língua portuguesa e ao conhecimento como agenda de mobilidade e fator agregador das comunidades de língua portuguesa.

A presença das instituições portuguesas é e será fator de crescimento, desenvolvimento e formação. Assim, qualquer programa tem de valorizar as instituições de ensino superior, tal como é o caso do Programa Erasmus +.

Referiu ainda que lhe parece que as condições para que este programa seja implementado estão quase reunidas e que os parlamentares devem fazer pressão junto dos respectivos parlamentos para que haja efetiva implementação do programa por parte dos governos.

Disse que existe disponibilidade por parte da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para trabalhar em conjunto para o sucesso do Programa Pessoa.

O Presidente da Comissão salientou que, enquanto o Programa Pessoa não chegar efetivamente às populações/destinatários em geral, não vingará.

A Deputada Elza Pais ressaltou que o Governo português, conforme se pode verificar pela apresentação da Secretária de Estado, está empenhado no programa e que o programa tem enfrentado alguma dificuldade, mas já existem bases para o seu começo e para a sua implementação através do Executivo. Apresentou também uma minuta com todos os contributos recebidos, salientando que deverá existir uma coordenação entre os ministérios dos diferentes países na área dos Negócios Estrangeiros, Administração Interna, Educação, entre outros.

O Deputado João Manuel Francisco deu conta do problema burocrático existente para a implementação de um programa desta natureza. Referiu também que a cultura e o patrimônio cultural é fator agregador entre todos e que a cidadania entre os países da CPLP, no ensino superior, existe. Sugeriu que seja colocado um parágrafo sobre promoção e respeito pela propriedade intelectual e que os governos dos países da CPLP devem preservar o patrimônio comum, que é a língua.

Eu, Deputado Márcio Marinho, manifestei concordância com a proposta e acrescentei que, na verdade, é uma iniciativa com potencial de criar entusiasmo entre os agentes envolvidos e seus beneficiários por incentivar a expansão e o ensino da língua portuguesa.

A Deputada Celmira de Almeida do Sacramento informou que São Tomé e Príncipe já tem uma universidade pública e duas universidades privadas que têm enviado estudantes para Portugal, Brasil e Cabo Verde, mas que até agora não tem recebido estudantes de outros países, e considera que o Programa Pessoa pode mudar esta realidade.

A Deputada Georgina Gemiê informou que o Governo de Cabo Verde referenciou no seu orçamento para 2018 este programa e que já está a receber estudantes no âmbito da cooperação, especialmente de Timor-Leste.

O Deputado José Manteigas Gabriel referiu que a reciprocidade positiva do Programa



## VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

Pessoa, os benefício mútuos e a mobilidade já são uma realidade para Moçambique.

Todos os Deputados foram unânimes no sentido de considerar que o Programa Pessoa é de extrema relevância para os países da CPLP e que abrirá portas à mobilidade e à partilha de conhecimento entre todos.

O Presidente sintetizou a discussão e que todos concordaram com a conclusão de que o Programa Pessoa incentivará a formação superior na rede do conhecimento, a economia, a diplomacia econômica e que será influenciador quanto ao regresso dos estudantes aos seus países de origem.

No entanto, existe ainda o problema da mobilidade e para o Programa Pessoa funcionar deverá existir uma discussão sobre vistos de entrada.

Sugeri também uma reunião em meados de 2018, apenas da 3.<sup>a</sup> Comissão, para discutir a evolução do Programa Pessoa.

Salientou mais uma vez que as populações não têm noção da importância da CPLP e que esta se mantém fechada nos gabinetes e que sem mobilidade nunca existirá uma implementação efetiva do programa.

Em seguida, a denominação do Programa Pessoa foi colocada em discussão pelo Deputado João Manuel Francisco. Os Deputados foram unânimes no sentido de que a designação passaria a ser “Programa Pessoa – Mobilidade, Ciência e Desenvolvimento”.

Quanto ao segundo ponto da pauta, a Senadora Pilar Djangani fez um resumo dos desenvolvimentos do ensino da língua portuguesa na Guiné Equatorial. Relatou os seguintes pontos: a cooperação com a Embaixada do Brasil com 100 «alunos» (funcionários do Estado) com aulas de língua portuguesa de 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira; a formação de 20 funcionários no Ministério das Relações Exteriores e Cooperação para serem utilizados futuramente como pontos focais; estudos superiores no Brasil com a atribuição de 6 bolsas de Estudo em 2018; a inclusão no Orçamento de Estado para 2016 de uma verba para divulgação da língua portuguesa, mas ressaltou sua ausência nos orçamentos para 2017 e para 2018; também observou que a formação de professores do ensino básico e secundário não tem avançado devido à crise econômica.

Depois do relato da Senadora de Guiné Equatorial, foram colocadas questões quanto à opção por parte dos alunos na escolha das três línguas oficiais e quanto ao esforço cultural e dedicação na busca de parcerias favoráveis.

Eu, Deputado Márcio Martinho, sugeri a possibilidade de convênios com universidades brasileiras, notadamente a Universidade de Brasília, por meio dos quais essas instituições de ensino poderiam oferecer cursos de português à distância, utilizando assim as novas tecnologias que unem os países da CPLP e que têm um maior e mais rápido alcance na aprendizagem.

A Deputada Celmira do Sacramento sugeriu que o ensino da língua portuguesa deveria começar pelas camadas mais jovens, pois têm maior facilidade de aprender.

A Deputada Elza Pais sugeriu que o ensino do português se integrasse de forma obrigatória nos diversos níveis de ensino.

O Deputado João Manuel Francisco saudou as iniciativas da Guiné Equatorial e salientou a importância da continuidade do ensino e aprendizagem da língua portuguesa, bem como a divulgação da música e literatura dos países de língua portuguesa.

O Presidente salientou que todos os países da CPLP estão dispostos a colaborar com a Guiné Equatorial e que, pelo que foi referido nesta reunião, todos os países presentes se mostraram disponíveis para apoiar o esforço da Guiné Equatorial no ensino da língua



## VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

portuguesa.

**14h30 Reunião de Presidentes dos Grupos Nacionais da AP-CPLP.**

Depois de um breve intervalo para o almoço, parte dos parlamentares se dirigiu à sala 7 da Assembleia da República para a reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais. Estavam presentes o Deputado João Manuel Francisco e Estevão Katchiungo – pela Assembleia Nacional de Angola; eu, Deputado Márcio Marinho – pela Câmara dos Deputados do Brasil; o Deputado Rui Figueiredo e Nuías Silva – pela Assembleia Nacional de Cabo Verde; o Deputado João Sedibá Sané – pela Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau; o Deputado Jesus Mba Nguema – pela Câmara de Deputados da Guiné Equatorial; o Senador Salvador Mangué Ayingono – pelo Senado da Guiné Equatorial; a Deputada Lucília Hama e o Deputo Helder Injojo – pela Assembleia da República de Moçambique; os Deputados Porfírio Silva e Carlos Páscoa – pela Assembleia da República de Portugal; os Deputados Jorge Amado e Xavier Mendes – pela Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe.

Entre os assuntos da pauta constavam:

- 1) A Nova Visão Estratégica e o papel dos Parlamentos Observadores na AP-CPLP;
- 2) A Instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP;
- 3) Comissão Instaladora do Mecanismo para a Facilitação e Implementação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP;
- 4) A proposta do Programa Pessoa da AP-CPLP.

No exercício da Presidência, convidei os parlamentares que participaram das reuniões das comissões 1, 2 e 3. A expor as recomendações que foram acordadas pelas comissões no período da manhã. O Presidente da Comissão 1, Deputado João Sané, fez uma síntese da reunião que presidiu. Esclareceu que, conforme consenso dos parlamentares presentes, o Art. 20-A do Estatuto da AP-CPLP precisa ser regulamentado e, sendo assim, a Comissão fará a proposta de um Regulamento de Admissão de Parlamentos Observadores em sua próxima reunião, provavelmente em Brasília, antes da realização da próxima Assembleia Parlamentar. Relatou que o ponto 2, também objeto de debate na Comissão 1, seria também objeto de recomendação por parte da Comissão, de modo a reiterar a necessidade de se estabelecer o quanto antes um Secretariado Técnico Permanente da Assembleia Parlamentar. Sobre esse ponto, o Deputado Porfírio Silva enfatizou que, independentemente das dificuldades enfrentadas até o momento, seria um grande gesto da atual presidência tomar as providências necessária para viabilizar essa decisão AP-CPLP. De minha parte, relatei aos presentes que já havia visitado as instalações reservadas para o Secretariado Técnico Permanente em Luanda e que pude constatar pessoalmente as plenas condições para o funcionamento imediato do STP. Ressaltei que a delegação brasileira estava comprometida com a viabilização dessa decisão da AP-CPLP.

Solicitei em seguida que a Deputada Lucília Hama apresentasse os resultados da Comissão 2. A Deputada relatou que a Comissão aprovou o Mecanismo de Facilitação da Participação Parlamentar no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP), que a maioria das delegações já indicou os nomes dos Membros dos Parlamentos que atuarão nesse mecanismo e que já há data marcada para a próxima



## VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

reunião da Comissão, a saber, 5 e 6 de março em Maputo, Moçambique. Ressaltou-se que o Deputado Xavier Mendes foi escolhido para exercer a presidência do grupo parlamentar que atuará junto ao CONSAN-CPLP.

Em seguida, foi realizada a leitura do documento de apoio ao Programa Pessoa da AP-CPLP, a ser aprovado pela Assembleia no dia seguinte. O Deputado Carlos Páscoa, que presidiu os trabalhos da Comissão 3, esclareceu que o documento lido ainda não era a versão final. Que os Membros da Comissão ainda se reuniriam naquela tarde para fazer algumas alterações antes de submetê-lo à aprovação do Plenário, mas que em linhas gerais a proposta estava bem caracterizada na minuta que foi apresentada para a reunião.

Exauridos os pontos de debate, anunciei que, como resultado da reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais, ficava estabelecido que todas as recomendações apresentadas seriam levadas à consideração da Conferência de Presidentes dos Parlamentos e à Assembleia Parlamentar. Não havendo objeções, deu-se por encerrada a reunião.

#### **16 horas. Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da AP-CPLP.**

Depois de uma rápida reunião com os membros da Comissão 3 para acertar a versão final da declaração da AP-CPLP em favor do “Programa Pessoa”, dirigi-me à sala D. Maria II para participar da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos ao lado do Deputado Átila Lins, Chefe da Delegação.

Assumiram a condução dos trabalhos os Deputados Átila Lins, representando o Presidente da Câmara dos Deputados, e o Deputado Jorge Lacão, Vice-Presidente da Assembleia da República de Portugal. Estavam presentes SE Sr. Jorge Santos, Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, SE Sr. Gaudencio Mohaba Messu, Presidente da Câmara de Deputados da Guiné Equatorial, SE Sr. José da Graça Diogo, Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, SE Sra. Joana Lina, Vice-Presidente da Assembleia Nacional de Angola e SE Sra. Margarida Talapa, Chefe da Delegação da Assembleia da República de Moçambique. Por ter presidido os trabalhos da reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais, foi-me solicitado o relatório das recomendações feitas pelas Comissões Especializadas. Apresentei, portanto, o resultado da reunião, em especial, (i) as recomendações da Comissão 1 de elaborar um regulamento para a participação de parlamentos observadores na AP-CPLP e de renovar o mandato da Presidência da AP-CPLP, atualmente exercida pela Câmara dos Deputados do Brasil, para a instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP em Angola; (ii) a recomendação da Comissão 2 de aprovar o Mecanismo de Participação Parlamentar no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP; (iii) a recomendação da Comissão 3 de aprovar a declaração sobre o Programa Pessoa da AP-CPLP, cujo intuito é facilitar, entre outros temas, o intercâmbio acadêmico e científico no âmbito da CPLP.

Durante as discussões sobre a instalação do Secretariado Permanente foi enfatizada a necessidade de se redobrar esforços no sentido de sua concretização. Solicitou-se da Câmara dos Deputados do Brasil que fizesse gestões junto ao Secretariado Executivo da CPLP para que se resolvam eventuais pendências técnico-jurídicas a fim de que se efetive finalmente a decisão tomada na VI AP-CPLP, em Brasília, no ano de 2016. Sobre esse assunto, acordou-se também que a Comissão 1 apresentaria um estudo de quotização para manutenção do Secretariado Permanente.

Terminados os debates, ficou estabelecida a concordância de todos os presentes com os termos das recomendações e que seriam submetidas à deliberação da Assembleia Parlamentar.



## VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

**17h30. Cerimônia de Abertura da VII Assembleia Parlamentar da CPLP**

Todos os parlamentares se dirigiram à Sala do Senado para a Sessão de Abertura da Assembleia Parlamentar. Presidiram a sessão o Deputado Átila Lins, representando o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Eduardo Ferro Rodrigues, Presidente da Assembleia da República de Portugal. Também se sentaram à Mesa SE Sra. Joana Lina, da Assembleia Nacional de Angola, como 1ª Vice-Presidente, SE Sr. Jorge Santos, Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, como 2º Vice-Presidente, eu, Deputado Marcio Marinho, da Câmara dos Deputados do Brasil, como 1º Secretário, e SE Sr. Rui Figueiredo, da Assembleia Nacional de Cabo Verde, como 2º Secretário.

Iniciada a cerimônia, o Deputado Eduardo Ferro Rodrigues proferiu o discurso de boas-vindas aos representantes dos parlamentos participantes. Na sua intervenção, saudou os presentes, assinalou a importância da AP-CPLP e reconheceu o trabalho da Presidência brasileira no desenvolvimento da organização.

Coube ao Deputado Átila Lins, em seguida, apresentar algumas palavras em nome da Presidência da AP-CPLP. No discurso, apresentou as razões que impediram a participação do Presidente Rodrigo Maia na presente Assembleia Parlamentar e fez um retrospecto da contribuição feita pela Câmara dos Deputados para a evolução institucional da AP-CPLP. Lembrou à audiência que a VI AP-CPLP, realizada em Brasília, em abril de 2016, foi importante para estabelecer o consenso quanto ao estabelecimento de um Secretariado Permanente, e que, eventuais dificuldades de ordem técnica, não impediriam que a Câmara dos Deputados desse a sua contribuição para a efetivação dessa proposta. Além disso, mencionou importantes avanços no âmbito da cooperação técnica entre os parlamentos dos países da comunidade e a disposição do Brasil em incentivá-la e ampliá-la.

A próxima intervenção foi proferida pela Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, que destacou as linhas mestras da Nova Visão Estratégica da CPLP, enaltecendo em particular a contribuição que a Assembleia Parlamentar pode dar na conquista de prestígio interno e externo para a organização.

Finalmente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva, destacou a característica particular de a CPLP ser uma organização em que as decisões são tomadas por consenso e em que existe um traço comum de união, que é a língua, valorizou os novos eixos de trabalho na Comunidade, designadamente as parcerias económicas e o tema da conservação e uso sustentável dos oceanos.

**05 de dezembro de 2017, terça-feira.**

Às 9h30min do dia seguinte, a Assembleia Parlamentar retomou os trabalhos. Na ocasião, o Deputado Átila Lins proferiu um discurso sobre o lema da Assembleia “O Reforço dos Laços Institucionais entre os Parlamentos”. Fez uma recapitulação da trajetória da AP-CPLP até aquele momento. Ressaltou o quanto a AP-CPLP amadureceu institucionalmente desde a sua criação em 2007 e assinalou alguns pontos que poderiam fazer a cooperação entre os parlamentos ainda mais efetiva.



## VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL


Depois de ouvidos os pronunciamentos de todas as delegações presentes sobre o lema da VII AP-CPLP, a Assembleia aprovou por consenso as seguintes deliberações:

- Deliberação n.º 1/2017 sobre a Nova Visão Estratégica e o papel dos Parlamentos Observadores na AP-CPLP;
- Deliberação n.º 2/2017 sobre o processo de constituição e de instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP em Luanda, Angola;
- Deliberação n.º 3/2017 sobre o Programa Pessoa – Mobilidade, Ciência e Desenvolvimento.

A Assembleia aprovou ainda as Diretrizes para Facilitação da Participação dos Parlamentares no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, para integração nos Estatutos do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, tendo ratificado a designação dos membros para a sua Comissão Instaladora e a eleição do Presidente e Vice-Presidentes do Comitê de Coordenação, respectivamente, o Deputado José Xavier Mendes, da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, Presidente, a Deputada Shéridan, da Câmara dos Deputados do Brasil, Primeira Vice-Presidente, e a Deputada Ângela Guerra, da Assembleia da República de Portugal, Segunda Vice-Presidente.

Tendo sido aprovadas as deliberações em pauta e não havendo mais oradores inscritos, os trabalhos foram encerrados às 17 horas. Em seguida, dirigimo-nos ao Salão Nobre da Assembleia da República para a assinatura dos documentos finais da VII AP-CPLP.

## 5. Fechamento do Relatório

Data do relatório	Nome, cargo e assinatura do participante
19 de dezembro de 2017	 <b>Deputado MÁRCIO MARINHO</b> Deputado Federal (PRB/BA) Presidente da Grupo Nacional da Câmara dos Deputados junto à AP-CPLP